

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelos autores, em 15 de setembro de 2022, para disponibilizar a obra "Territórios de resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal", gratuitamente, para fins acadêmicos e não comerciais (leitura, impressão e/ou download) a partir desta data.

REFERÊNCIA

COUTO, Gabriel Ribeiro; ANDRADE, Liza Maria Souza de. Territórios de resistência: as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 19., Blumenau. Anais ... Blumenau, 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT4_SEM_512_334_20211215195142.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: AS OCUPAÇÕES CULTURAIS INSURGENTES NAS
PERIFERIAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabriel Ribeiro Couto (Universidade de Brasília - FAU/UnB) - arq.gabrielribeiro@gmail.com
Mestrando em Planejamento Urbano no PPG-FAU/UnB

Liza Maria Souza de Andrade (Universidade de Brasília - FAU/UnB) - lizamsa@gmail.com
Professora doutora na FAU/UnB e líder do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes

RESUMO

Na conjuntura do novo ciclo de lutas urbanas da última década, houve uma insurgência significativa de ocupações e coletivos culturais nas periferias do Distrito Federal. Essas práticas agem nas lacunas deixadas pela ausência do Estado nesses territórios, revelando as contradições e desigualdades do processo de urbanização da capital. O artigo tem como objetivo demonstrar a potência tática dessas ocupações culturais periféricas como espaços de contestação contra-hegemônicos que confrontam e subvertem as lógicas do planejamento concêntrico e desigual da capital, como também as tensões e ataques sofridos em torno da regularização e permanência desses espaços. Para isso, foram categorizados em: (1) ocupações em espaços públicos abandonados e (2) imóveis privados, utilizando a cartografia como instrumento analítico-crítico de embate. Os exemplos tratados, demonstraram o protagonismo e potência das ocupações culturais como resistências sociopolíticas na transformação social das periferias.

Palavras-chave: lutas urbanas, ocupações urbanas, direito à cidade, cartografia, insurgências coletivas.

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA:

as ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal

INTRODUÇÃO

O ciclo de lutas e resistências urbanas da última década (2010-2020), reacionárias ao cenário de crise global de governança e de desigualdades sociais acentuadas, provocadas pelos processos de urbanização hegemônicos e excludentes que rompem com a produção coletiva do espaço e o exercício do direito à cidade (HARVEY, 2014), demarcou novos tensionamentos, disputas e arranjos sociopolíticos das cidades. Surgem novos sujeitos, pautas, associativismos - os coletivos - organizados em redes, que deram lugar a uma pluralidade de movimentos, ativismos e conflitos urbanos, que reconfiguraram e renovaram os aportes teórico-metodológicos urbanos (GOHN, 2019), por meio de lutas insurgentes contra-hegemônicas ao planejamento tradicional top-down, táticas coletivas auto organizadas, que reivindicam o direito à cidade e o comum urbano por meio da ocupação de espaços como forma de resistência.

Nessa conjuntura da última década, houve uma explosão significativa de ocupações, espaços e coletivos culturais nos territórios periféricos do Distrito Federal, que se colocam como resistências aos violentos processos de segregação socioespacial e desigualdades impostos. Esse processo de urbanização do Distrito Federal se forja na gestão e planejamento urbano paternalista, seletivo e concentrador, centralizando recursos e equipamentos culturais no Plano Piloto, tensionando um espaço urbano desigual, que impõe uma visão unilateral, representando um desafio para a garantia do direito à cidade e da justiça urbana.

Nesse sentido, a reflexão aqui tratada no artigo, tem como objetivo demonstrar a potência tática das ocupações culturais dos territórios periféricos do Distrito Federal, como espaços de contestação contra-hegemônicos que confrontam e subvertem as lógicas do planejamento concêntrico da capital, como também as tensões e ataques sofridos em torno da regularização e permanência desses espaços, vetores de transformação social e enfrentamento das desigualdades na luta pelo direito à cidade nesses territórios.

Metodologicamente, a cartografia foi utilizada como instrumento analítico-crítico, por meio da metodologia da cartografia da ação (RIBEIRO, 2012), sendo a construção e apropriação dos espaços pelos gestos dos sujeitos, desvelando as lutas e manifestações culturais não estatais ocultadas. Dessa maneira, os espaços e ocupações culturais aqui tratados se configuram como táticas de resistência (CERTEAU, 2014; FARIAS, 2018) que se apropriam e se desenvolvem de forma mais autônoma, horizontal e contra-hegemônica (DOWNING, 2002), protagonizados por grupos e coletivos culturais periféricos, situadas no recorte temporal do novo ciclo de lutas e insurgências ocorrido a partir de 2010 (GOHN, 2014).

Esses espaços foram categorizados em: (1) ocupações culturais em espaços públicos ociosos/abandonados e (2) espaços culturais em imóveis privados, como quilombos urbanos e casas de cultura. O mapeamento foi realizado com auxílio da Plataforma Mapa das Nuvens, onde foram elencadas os espaços culturais periféricos e os Centros Culturais Públicos contidos em todo território do Distrito Federal, de modo a confrontar a potência cultural periférica frente à negligência de equipamentos públicos nesses territórios. No processo de mapeamento, também foram utilizadas redes sociais dos grupos e coletivos culturais e matérias jornalísticas.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira, parte-se de um panorama geral acerca do ciclo de lutas e insurgências coletivas da última década, reacionárias à crise urbana, que reivindicam o direito à cidade por meio da ocupação de espaços como forma de resistência. A partir disso, se faz um rebatimento dos processos hegemônicos do planejamento urbano top-down no recorte das cidades brasileiras, discutindo o potencial e protagonismo das periferias na produção de territorialidades resistentes e contra-hegemônicas às lógicas do planejamento tradicional, por meio das ações táticas.

A segunda parte, aborda as desigualdades, processos de expulsão, controle, segregação socioespacial e o modelo centralizador de recursos, forjados no planejamento e urbanização do Distrito Federal. Já na terceira parte, se faz o contraponto, primeiramente, a partir da cartografia como instrumento analítico-crítico de embate entre a potência dos espaços culturais periféricos e a negligência de centros culturais públicos fornecidos pelo Estado. E por fim, foi demonstrado o protagonismo e potência dos territórios periféricos do Distrito Federal, a partir de exemplos de ocupações e espaços culturais, destacando suas práticas cotidianas e fazeres culturais, que atuam como vetores de transformação social contra-hegemônicos.

CRISE URBANA E INSURGÊNCIAS COLETIVAS

A guinada neoliberal gerida por um planejamento e gestão urbana de cima para baixo (top-down), tem produzido um espaço urbano desigual e excludente, submetido às forças hegemônicas de dominação econômicas e ideológicas capitalistas, produzindo “uma urbanização que se configura numa incessante produção de um comum urbano e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados” (HARVEY, 2014, p.156). Como expressa Rolnik (2015, p.374), “esse modelo vai [...] capturando territórios, expulsando e colonizando espaços e formas de viver”.

Tal cenário, tem demarcado nas últimas décadas, uma crise urbana global, com novos tensionamentos, disputas e arranjos sociopolíticos, evocando uma ativa “cidadania insurgente” (HOLSTON, 2013) que tem reivindicado e ampliado a ideia do direito à cidade, que vai além de reivindicar um direito de acesso individual ou coletivo aos recursos, mas “um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.28), como poder e resistência coletiva configuradora sobre os processos hegemônicos de urbanização.

No Brasil, historicamente, o modelo de urbanização e planejamento tem representado um forte rompimento com a justiça urbana. Segundo Maricato (2002), as cidades brasileiras são marcadas pela intensa separação entre duas

idades, a “oficial”, comprometida com o urbanismo brasileiro e a cidade concreta, real e “ilegal”, representada pela grande ocupação ilegal do espaço urbano, excluída, negligenciada e ignorada nas representações da cidade oficial, reproduzindo desigualdades e privilégios.

Tal modelo de urbanização desigual, reconstitui um padrão centro-periferia, que se configura na segregação socioespacial. Segundo Villaça (2001, p.142), a segregação é o processo no qual “diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. Segundo Villaça, é o processo mais marcante das cidades brasileiras e definidor da sua estrutura espacial intraurbana, que se dá através da luta e disputa social e de classes por localidades, como também, pelo domínio das condições de deslocamento e vantagens, sendo produzida pela classe dominante, que utiliza o espaço urbano como um mecanismo de exclusão, sendo portanto, um mecanismo necessário à dominação social, econômica e política.

A gestão e planejamento urbano no Brasil, aprofundam a concentração de renda e as desigualdades. Nesse sentido, a representação da cidade é uma construção ideológica “que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real” (MARICATO, 2002, p.165). Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado, e as políticas sociais miram as centralidades hegemônicas. Segundo a autora, para reverter essa tendência, é preciso, antes de mais nada, destruir essa representação ideológica e hegemônica da cidade com as demandas populares, de modo a “se auto-organizarem para gestarem juntas seus próprios comuns” (HARVEY, 2014, p. 167), tomados pela autogestão, verdadeira participação cidadã, alinhados à resistências e lutas pela justiça urbana.

Em reação à esse cenário global de crise de governança das cidades, onde os estados e o mercado falharam na entrega de bens e serviços públicos básicos (BRENNER, 2016), surgem - mais fortemente na última década, pós crise capitalista, revoltas da Primavera Árabe e as Jornadas de junho de 2013 o marco referencial no Brasil - movimentos de resistência por diversas cidades do Brasil e do mundo, que exigem uma cidade produzida por todos, formadores de uma nova consciência cidadã, reivindicam o direito à cidade, por meio da ocupação de espaços urbanos e luta pelo comum como forma de resistência.

Segundo Gohn, Penteado, Marques (2020), nessa década, novos atores se recolocaram na cena pública: as mulheres, os jovens, a população afrodescendente, os imigrantes etc. No contexto latino-americano, as lutas por reconhecimento, identitários, culturais, e por direitos socioculturais ganharam destaque (GOHN, 2016). Surge um renovado sujeito político: os indignados, e uma nova forma de organização passa a predominar na cena do associativismo: os coletivos, principalmente de jovens que renovaram a cena pública e tornaram-se protagonistas de novas formas de participação, via redes e mídias sociais (GOHN, 2020).

Nessa conjuntura, os “novíssimos movimentos” dos indignados influenciaram a agenda e a pauta das lutas sociais latino-americanas na década iniciada em 2010, abrindo caminho para um planejamento insurgente. Esse

planejamento, é um processo essencialmente contra-hegemônico, questionador e de subversão do desenvolvimento urbano estruturalmente desigual e neoliberal, “por meio de atividades conduzidas por cidadãos marginalizados, determinados a transformar políticas urbanas para alcançar suas necessidades” (FREITAS, 2019, p.6).

Nesse contexto, o conceito de “tática” tem sido retomado nesse novo ciclo de lutas e movimentos, com o chamado urbanismo tático, colocado como uma alternativa aos paradigmas e à crise do urbanismo hegemônico neoliberal planetário, por meio de intervenções organizacionais e apropriações coletivas e participativas no espaço que valorizam o espaço praticado. Portanto, são práticas alternativas tecidas numa ampla gama de projetos urbanos emergentes feitos em escalas mais locais, provisórios, experimentais, subversivos ao planejamento tradicional, sendo mobilizadas de “baixo para cima”, de modo auto organizado e flexível (BRENNER, 2016).

Mas Brenner (2016), propõe um exame crítico do discurso em torno da noção de “urbanismo tático”. Segundo o autor, o discurso antiestatal ativista dessa noção se depara com contradições na prática, visto que, há a necessidade em participar e aproximar às instituições para ampliar o alcance das ações. Além disso, essas práticas podem reforçar o próprio urbanismo neoliberal, se capturadas por ele, usando suas potencialidades para defender interesses privados.

Pedro Gadanho (2017) curador da exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, no MoMA, entrevistado por Farias (2018), depois de ter sido perguntado em como o urbanismo tático pode contribuir com o direito à cidade, defende que essas práticas precisam servir como ações de contestação e resistência e ir além de soluções parciais. Para Gadanho, a noção de urbanismo tático vem da tradição do Michel de Certeau, da ideia da tática dos sem-poder, e vai mais além que a lógica americana limitada que surge descolada dessa base teórica de resistência. O curador, defende a noção da tática que ajuda a envolver diversos atores sociais na luta pela apropriação dos espaços, de modo a reivindicar o direito à cidade.

A ação tática de contestação é definida como maneiras de fazer subversivas à ordem dominante e violências das coisas, tendo que transformar os acontecimentos em ocasiões de ação, como também, “maneiras de jogar/defazer o jogo e o espaço instituído por uma ordem dominante, atividades sutis, tenazes, resistentes de grupos que devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas” (CERTEAU, 2014, p.74). Dialogando com Certeau, Farias (2018) define a tática urbana como a ação pela oportunidade, pela interação imediata entre agentes, auto organizada em sua própria lógica e limites espaciais e recursivos, reagindo a uma ordem hegemônica. Portanto, as táticas são resistências e apropriações coletivas desviantes de contra-poder, e se configuram como práticas contra-hegemônicas, pois são “tentativas de contestar as estruturas ideológicas dominantes e suplantá-las com uma visão radical alternativa” (DOWNING, 2002, p. 48), construindo relações, subjetividades e territorialidades subversivas.

Essas táticas autogestionadas certeunianas, constituem as ações de resistência dos territórios periféricos das cidades. Entretanto, no Brasil, essa onda de ações táticas, prioritariamente, as ocorridas nos centros das cidades,

foram constantemente tomadas como os exemplos mais relevantes pela mídia e comunidade acadêmica, sendo também reflexo de uma “miopia epistemológica” (ZIBECHI, 2015), em relação aos territórios periféricos. Esses, historicamente, se constituíram e se desenvolveram por ações táticas de resistência autogestionadas, derivadas da intensa necessidade e vulnerabilidade do lugar, numa trama de relações socioculturais populares e formação de identidade própria, afirmando uma potente produção de espaço tática essencialmente de contra-poder e participação comunitária, que elevam a tática para além da tática.

Sobre a noção de miopia epistemológica, Zibechi (2015, p.11) pontua que, as ciências sociais “tendem a adotar uma posição analítica de mão única, do centro para a periferia”, embaralhando as interpretações a respeito das periferias urbanas, como a negação do protagonismo dos sujeitos periféricos na produção do espaço e na sua própria emancipação, além de considerar o periférico como um subproduto das relações hegemônicas, como algo marginal, menos eficiente ou improdutivo. Segundo o autor, as periferias são analisadas pelas dinâmicas das territorialidades dominantes e hegemônicas, enquanto que as territorialidades resistentes são invisibilizadas, em segundo plano, gerando um olhar redutor à nível de análise, reforçando e nutrindo as lógicas do planejamento tradicional hegemônico.

DISTRITO FEDERAL: TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO E EXCEÇÃO

Historicamente, o Distrito Federal denuncia lutas populares periféricas, resistências autogestionadas paralelas aos violentos processos de desigualdade, expulsão, controle e segregação socioespacial impostos, por meio de um modelo de planejamento e gestão urbana seletivo e concentrador. Suas Regiões Administrativas (RA), são produtos de um mecanismo de segregação planejada (CAMPOS, 1991), de contenção e combate à “desordem” advinda das ocupações e acampamentos espontâneos, como a criação do Núcleo Bandeirante, Gama e Taguatinga, fundada em 1958, demarcando claramente a política de limpeza de favelas que se formavam em torno do Plano Piloto, já no início da construção da capital.

Figura 1 - Vista da Vila Amaury.



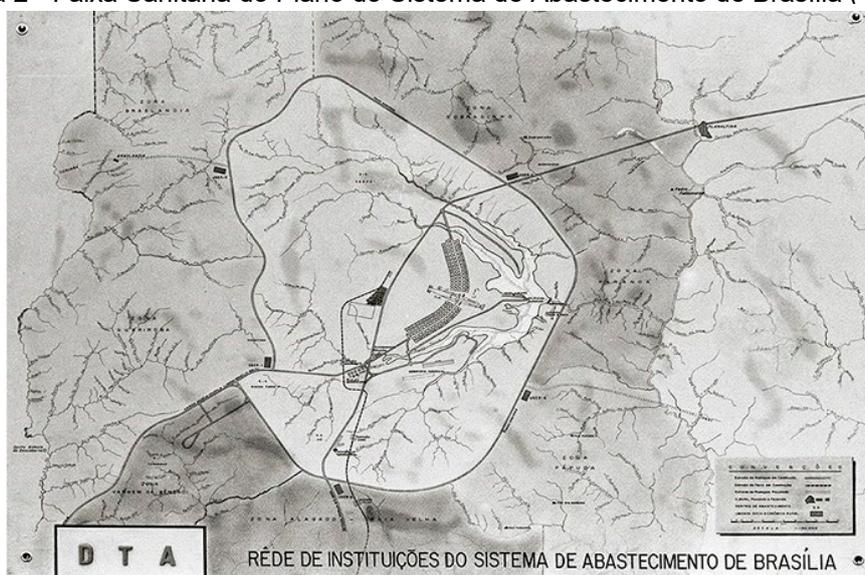
Fonte: Acervo Paulo Manhães de Almeida.

Dessa maneira, o Estado expulsou as classes populares e trabalhadores para as distantes e mal equipadas cidades-satélites, numa política de controle

social, que utiliza a distância que separa os núcleos satélites do Plano Piloto e o traçado urbano como ferramentas de contrarrevolução da massa trabalhadora e facilitação da sua repressão e disciplinarização por parte do Estado (GOUVÊA, 2010). Nesse contexto, em 1971, em plena consolidação do Estado ditatorial, é instituído um duro e violento episódio, a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), removendo e erradicando 82 mil habitantes das “invasões” da Vila IAPI, maior aglomerado de vilas-favelas do Distrito Federal, dando origem a Ceilândia.

Há então, uma enorme carga de violência nessas remoções forçadas de trabalhadores. Menos de um mês depois de institucionalizar a CEI, o Governador Hélio Prates, apresenta um mapa do Zoneamento Sanitário do Distrito Federal, o colocando como “altamente prioritário”. Esse zoneamento possuía uma faixa sanitária em volta do Plano Piloto, definida exatamente no mês da chegada de famílias nordestinas fugidas da seca de 1958, e que no mês seguinte Taguatinga, primeira satélite, seria criada fora dos limites da segurança sanitária para abrigar os moradores da Vila Sarah Kubitschek (LEMOS, 2017).

Figura 2 - Faixa Sanitária do Plano do Sistema de Abastecimento de Brasília (1958).



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

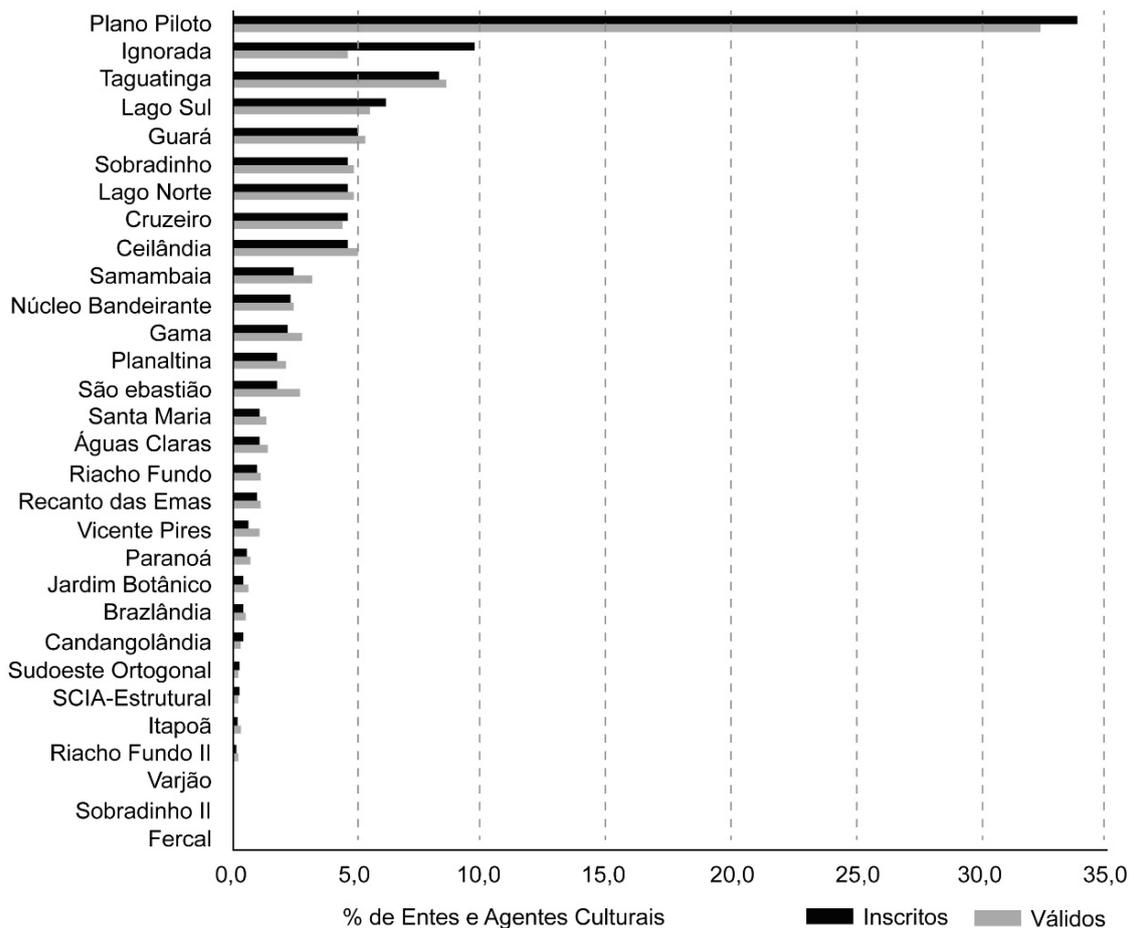
O discurso de justificativa da faixa usado, foi o de proteção e contenção do suposto processo de poluição, causada pela explosão demográfica de ocupações, sendo a principal medida, sua erradicação. Ou seja, o Estado se utiliza de variadas manobras de controle social para legitimar sua política higienista. Não é à toa que, dentre as justificativas para a escolha do local de Ceilândia no relatório de 1973 é: “área localizada fora da faixa de segurança sanitária” (SEDES-DF, 1973, p.24). Esses processos, demonstram como a cartografia serve como instrumento de dominação e poder (LACOSTE, 1998), no fortalecimento, manutenção e legitimação do controle hegemônico estatal.

O Distrito Federal então, se desenvolve por meio de um processo de urbanização concentrador e seletivo, caracterizado por uma configuração socioespacial segmentada e segregada: de um lado o espaço “dado”, o Plano Piloto, que se materializa no espaço controle, do paternalismo e do assistencialismo por parte da classe dominante, e de outro, o espaço “conquistado”, a periferia, resultante das lutas e reivindicações do operariado por melhores condições de vida (PAVIANI, 2010, p.140-141).

As políticas culturais de fomento e distribuição atuais seguem as mesmas lógicas de exclusão. Instrumentalizada principalmente pelo FAC (Fundo de Apoio à Cultura), privilegia tipos específicos de artistas e produtores culturais, se concentrando em grupos que tem acesso à educação formal e superior e que dispõe de recursos, domínio dos editais e elaboração de projetos, para cumprir as exigências e meios para o acesso ao cadastro cultural. Além disso, o aporte do FAC teve nos anos de 2019 e 2020 a menor execução em valores desde 2015, e considerando a conjuntura de crise sanitária atual provocada pelo covid-19, os resultados para a comunidade artística do Distrito Federal, são graves.

O acesso e pré-requisito à essas políticas, parte da inscrição no CEAC, o Cadastro de Entes e Agentes Culturais do DF, que reforça a desigualdade entre o centro e os territórios periféricos. A região central, formada pelo Plano Piloto, Lagos Sul e Norte, Sudoeste e Cruzeiro, “concentra 44,9% das inscrições, enquanto que as outras 10 Regiões Administrativas com mais de 100 mil habitantes cada, em 2018, incluindo Ceilândia, que possui mais de 430 mil moradores (CODEPLAN, 2018), somam apenas 27,2% das inscrições” (CARMO, et al., 2019).

Figura 3 - Distribuição de entes e agentes culturais segundo RA do Distrito Federal (2018).



Fonte: Adaptado de (CARMO, et al., 2019) - Secretaria de Cultura do Distrito Federal, CEAC (2018). Extraído de “Relação CEACs Válidos” (<http://www.fac.df.aov.br>).

Além disso, há a concentração e centralização dos equipamentos culturais. No plano Piloto existem 88 salas de cinema, enquanto que várias regiões com mais de 100 mil habitantes não possuem nenhum. E em relação

aos Centros Culturais Públicos, o Plano Piloto dispõe de 15 equipamentos e as demais regiões administrativas, apenas sete. Portanto, fica explícita a incapacidade do planejamento e gestão, que impõe uma visão única de cidade e representa um desafio para a garantia do direito à cidade e para uma política urbana baseada na justiça socioespacial. Nesse sentido, Zibechi (2015, p.12) pontua que é preciso “apreender os olhares que partem das periferias, multiplicá-los e cotejá-los”, para subverter essa cartografia hegemônica e concêntrica, por meio de suas lutas e resistências na construção de comuns.

“[...] as periferias das grandes cidades [...] deveriam ser compreendidas como parte de um caminho, talvez o principal caminho na luta pela transformação radical da sociedade. [...] Se dominação e resistência estão intrinsecamente articuladas, a própria violência bruta e perversa com viés fortemente racista com o qual o Estado se relaciona com as periferias urbanas brasileiras sugere o quanto as classes dominantes temem o potencial questionador e transformador destas periferias.” (ZIBECHI, 2015, p.14)

CARTOGRAFIA DAS RESISTÊNCIAS CULTURAIS PERIFÉRICAS

Em resistência aos processos violentos de segregação socioespacial, criminalização das ocupações, desigualdade e escassez de recursos e equipamentos culturais, os territórios periféricos brasilienses travam lutas e manifestações que representam sua forte identidade e cultura plurais, por meio da articulação e engajamento entre diversos coletivos e redes culturais, ocupando espaços, ruas, praças, becos, descentralizando e reivindicando o direito à cidade, sendo importantes vetores no enfrentamento das desigualdades nesses territórios. A recente exposição “Reintegração de posse: narrativas da presença negra na história do Distrito Federal”, escava essas manifestações e resistências socioculturais da construção de Brasília, invisibilizadas nos imaginários hegemônicos da capital.

Figura 4 - Paineis da exposição “Reintegração de posse: narrativas da presença negra na história do Distrito Federal” (2019).



Fonte: Montagem de Diego Soares. Arquivo Público do Distrito Federal.

A partir de 2010, houve uma explosão significativa de ocupações, espaços e coletivos culturais no Distrito Federal, principalmente nas suas periferias, tensionados no novo ciclo de lutas, influenciando no surgimento de novos atores sociopolíticos. A voz potente do sujeito periférico se amplificou via redes de coletivos e mídias sociais, construindo novas cartografias, subjetividades e territorialidades.

A partir das subjetividades e dos códigos culturais compartilhados dos sujeitos periféricos, expressados e marcados nos espaços que se gestou e vocalizou o protagonismo e a potência periférica (D' ANDREA, 2020). Nesse sentido, Rolnik (2015) aponta que é possível reconhecer a legitimidade das ocupações culturais como resistências pontuais na luta pelo lugar, seja de moradia, expressão cultural ou lugar de aprendizagem. Segundo a autora, as reivindicações e pautas desses movimentos têm sido duplo: de um lado pela arte, desde meados dos anos 1990, as ações de coletivos artísticos imergiram crescentemente em problemas situacionais, trabalhando a cidade como suporte e nela intervindo. Já do ponto de vista dos movimentos sociais, há a contestação das formas tradicionais de representação política, como as partidárias e sindicais, e a proliferação de grupos autonomistas e anarquistas e de novas formas de autorrepresentação.

Dessa maneira, as ocupações e espaços que aqui serão tratados, pertencem ao rol das ocupações culturais protagonizadas por grupos e coletivos culturais que ressignificam os territórios periféricos, desenvolvendo diversas ações contra-hegemônicas de forma autônoma e autogestionada. Essas ocupações se configuram como:

“[...] espaços comuns, pois, além de cumprir sua função social e pública, o ato de ocupar os transforma em lugares de produção cultural coletiva, autônoma e emancipatória. As ocupações se configuram hoje como pontos de referência em seus territórios, articulando agendas e demandas comunitárias, bem como para os circuitos da cultura, da educação popular e dos movimentos autonomistas na cidade.” (MARINO, SILVA, 2019, p.345)

Cartografar a diversidade de espaços e ocupações culturais nos territórios periféricos do DF, demanda compreender e situar a cartografia como objeto e saber também tensionados nesse novo cenário de redes e lutas, que renovaram os aportes teórico-metodológicos urbanos (GOHN, 2019), além dos debates sobre as representações espaciais. Santos (2011), propõe a ideia de “ativismos cartográficos” para compreender este campo de tensões com novas formas, sujeitos e disputas na cartografia, que se coloca cada vez mais como instrumento de resistência contra-hegemônica subversivo ao planejamento urbano top-down.

Diversos atores vêm se inserindo em disputas que articulam cartografias e relações de poder, e isso se deve ao tensionamento político e analítico do espaço, e de seus processos e atores, que colocam a cartografia cada vez mais no centro dessas tensões, se tornando em si, um objeto para/em disputas, que vem sendo utilizado como “leituras sociais do território que são confrontadas às leituras oficiais e/ou de atores hegemônicos, mas também como instrumentos de fortalecimento de identidade social e de articulações políticas” (SANTOS, 2011, p.3-4).

Segundo Ribeiro (2012, p.23), é necessária uma cartografia que valorize contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências do cotidiano da

vida coletiva. A autora propõe a ideia da cartografia da ação social, que é “aquela possível de compreensão e de representação do movimento da sociedade”, das rotas de lutas e manifestações culturais e de novos desejos das bases populares, desvelando gestos sociais invisibilizados pela cartografia hegemônica e oficial. Desse modo, a cartografia da ação se inscreve nas práticas cotidianas coletivas e no lugar, sendo a construção e apropriação dos espaços pelos gestos dos sujeitos.

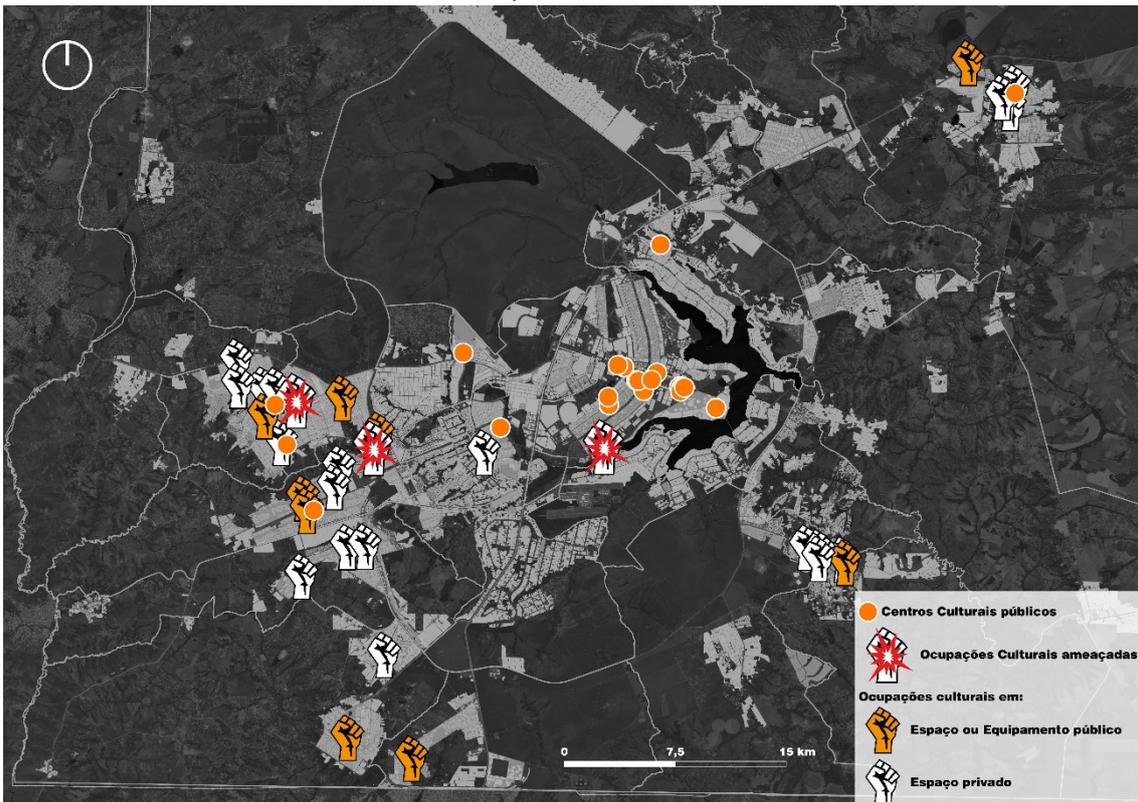
Desse modo, a cartografia aqui se propõe ser da ação (RIBEIRO, 2012) e instrumento de visibilização da potência cultural dos territórios periféricos do Distrito Federal, por meio de suas resistências e ocupações culturais que desafiam, descentralizam, confrontam e subvertem as lógicas do planejamento hegemônico centrista e desigual da capital. As ocupações e espaços mapeados, fazem parte da pesquisa que se encontra em andamento, sendo categorizados em: (1) ocupações culturais em espaços públicos ociosos/abandonados e (2) espaços culturais em imóveis privados, como quilombos urbanos e casas de cultura, todas listadas no quadro abaixo.

Quadro 1 – Lista dos espaços culturais periféricos mapeados.

Região Administrativa	Espaço Cultural	Tipo
Ceilândia	Casa 7 da Norte	Espaço privado
	Casa Akotirene	Espaço privado
	Cio das Artes	Espaço privado
	Galeria Risofloras	Equipamento público
	Filhos do Quilombo	Espaço público
	Jovem de Expressão	Equipamento Público
	Muquifo Conexão Underground	Espaço privado
Gama	Espaço Semente Cia de Teatro	Equipamento público
	Cia Teatral Cidade dos Bonecos	Espaço privado
Guará	Galeria A Pilastra	Espaço privado
Planaltina	Mini Teatro Lieta de Ló	Espaço privado
	Coletivo Trupe por um Fio	Espaço privado
	Circo Tatto Espaço Criativo	Espaço privado
	Casa Verde Jardim Cultural	Espaço privado
	Casa de Cultura Carlos Marighella	Equipamento público
Recanto das Emas	Espaço Cultural Ubuntu	Espaço privado
	Espaço Cultural H2O	Espaço privado
Samambaia	Espaço Imaginário Cultural	Equipamento público
	Espaço Galpão do Riso	Equipamento público
	Casa do Projeto Popular	Espaço privado
	Associação Fuzuê de Arte e Cultura	Espaço privado
Santa Maria	Espaço Cultural Moinho de Vento	Equipamento público
São Sebastião	Casa de Cultura de Rua Frida Kahlo	Espaço privado
	Olaria Cultural	Espaço privado
	Movimento Cultural SuperNova	Espaço privado
	Domingo no Parque	Espaço público
	Associação Ludocriarte	Espaço privado
Taguatinga	Mercado Sul Vive	Equipamento público
	Centro Cultural Ria	Equipamento público
	Batalhão das Artes	Equipamento público

Fonte: elaboração do autor, 2021.

Figura 5 - Mapa das ocupações e espaços culturais periféricos e dos Centros Culturais públicos do Distrito Federal.



Fonte: elaboração do autor, 2021.

Figura 6 - Mapa das ocupações e espaços culturais situados em Ceilândia, Taguatinga e Samambaia.



Fonte: elaboração do autor, 2021.

Os espaços foram mapeados com auxílio da Plataforma Mapa das Nuvens¹, onde foram elencados espaços e ocupações culturais que se configuram como táticas de resistência (CERTEAU, 2014; FARIAS, 2018) que se apropriam e se desenvolvem de forma mais autônoma, horizontal e contra-hegemônica, situadas no recorte temporal do novo ciclo de lutas ocorrido a partir de 2010. Além disso, foram elencados os Centros Culturais Públicos contidos em todo Distrito Federal. No processo de mapeamento, também foram utilizadas redes sociais dos grupos e coletivos culturais e matérias jornalísticas.

Os mapas 1 e 2 ilustram a potência da produção cultural dos territórios periféricos em contraponto à desigualdade de Centros Culturais públicos que estão concentrados no Plano Piloto. A escolha da escala dos mapas privilegia a visibilização das concentrações e presenças das resistências nesses territórios do Distrito Federal, bem como sinaliza onde estão situados equipamentos e espaços públicos ociosos ocupados, além de ameaças latentes sofridas em ocupações. Os exemplos tratados abaixo, foram escolhidos de acordo com a categorização dos espaços mapeados, sendo os mais consolidados em cada categoria, além de abarcarem variados contextos, tensões urbanas e diferentes tipos de produções artísticas e culturais, pautas de luta e reivindicação. Dentro desses, também foram escolhidas duas ocupações que sofrem ataques e ameaças latentes.

Um desses espaços sob ameaça latente é a Ocupação Mercado Sul Vive², em Taguatinga, um dos principais territórios e patrimônios culturais do Distrito Federal. Ela representa a história viva do antigo Mercado Sul, construído na década de 1950, antes mesmo da inauguração de Brasília, foi um dos primeiros centros comerciais do DF, e ao longo das décadas se consolidou como lugar de encontro, boemia, beco da cultura e reduto de poetas, músicos e artistas. Na década de 1990 e anos 2000, o Mercado Sul se consolidou como ocupação artística, especialmente por meio do Teatro de Mamulengo Invenção Brasileira, se tornando Ponto de Cultura.

Em fevereiro de 2015, ocorreu a ocupação do espaço com a apropriação dos boxes ociosos e degradados pelo movimento de moradores e trabalhadores locais, para realização de atividades culturais, cozinha comunitária, permacultura, entre outros. Esse movimento, cumpre um papel de resistência social, cultural e política, reivindicando o direito à cidade e a “função social” dos imóveis. As manifestações culturais promovidas ressignificam o espaço e preservam a memória e o patrimônio local, realizando encontros entre movimentos, artistas e trocas de saberes de forma horizontal, além de promover ações como festas juninas, maracatu, bumba-meu-boi e a EcoFeira.

“Em nossa trajetória, tecida por muitas mãos e em processo de construção contínua, aprendemos que a cidade deve estar de acordo com a força coletiva que a construiu e segue construindo, que deve servir ao bem comum, ser inclusiva e participativa. A isso concordamos em chamar de Direito à Cidade e assim o reivindicamos [...]”
(MOVIMENTO MERCADO SUL VIVE, 2016)

¹Plataforma colaborativa de dados georreferenciados, que mensura as práticas e espaços culturais presentes no Distrito Federal, onde os próprios agentes culturais se inserem no mapa. Disponível em: www.mapa.cultura.df.gov.br

² Para conhecer mais a Ocupação: www.mercadosul.org

Figura 7 - Beco da Cultura Mercado Sul.



Fonte: acervo Mercado Sul, 2017.

Figura 8 – Festa e Ecofeira de 4 anos da Ocupação Mercado Sul.



Fonte: acervo Mercado Sul, 2018.

Ao longo dos 6 anos, a Ocupação Mercado Sul resiste tentando construir uma solução justa na desapropriação dos imóveis e hoje enfrenta ameaça de despejo/reintegração de posse. Em junho desse ano (2021), a ocupação se mobilizou numa rede de luta e solidariedade, elencando três ações de resistência: (1) barrar o despejo, (2) criar um fundo para negociar um valor justo para a compra das lojas em disputa judicial e (3) registrar o Mercado Sul como patrimônio histórico e cultural do DF. Mesmo sendo um território cultural consolidado, e de fato, patrimônio, o Mercado Sul ainda precisa ser oficialmente registrado como tal. A ocupação é resultado do processo histórico de lutas e reivindicações que o Mercado passou, se consolidando como território de resistência que busca a liberdade e autonomia, a compreendendo de maneira integrada, como espaço de encontro, aprendizagem, acolhimento e de luta.

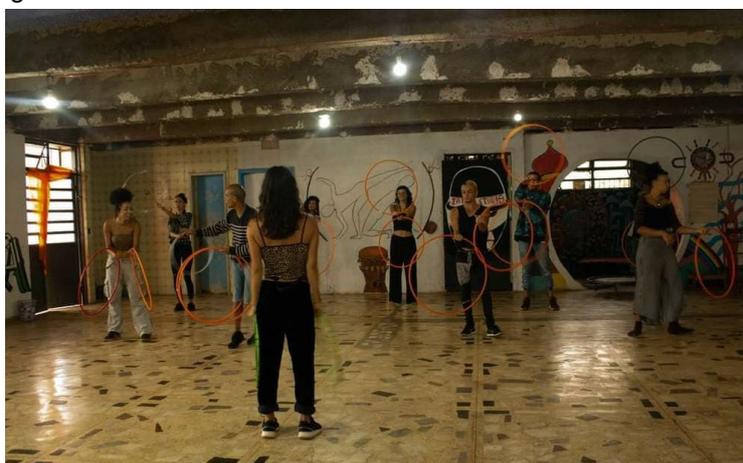
Outro espaço de resistência em Taguatinga é o Centro Cultural Ria. Em agosto de 2020, os integrantes do Coletivo Resistência Internacional de Artistas (RIA) formados por artistas circenses, músicos e grafiteiros, ocuparam e revitalizaram um antigo edifício concedido para o funcionamento do Comando Regional da Polícia Militar (PMDF) que estava abandonado há pelo menos 4 anos, transformando-o em um centro cultural, educativo e ecológico, agindo na necessidade de uma escola popular de artes na região. O objetivo é recuperar o espaço e criar uma rede de apoio mútuo entre artistas, profissionais e toda a comunidade (COLETIVO RIA, 2020). Durante a ocupação, os integrantes protocolaram um documento direcionado à Administração Regional de Taguatinga, solicitando autorização de uso do prédio, mas até hoje, não obtiveram resposta. Portanto, apesar de ser um espaço cultural potente para a região, ainda luta para ser regularizado. Foi criada a Escola Popular de Circo, com oficinas e cursos gratuitos sobre técnica, teoria e práticas circenses, além de núcleos com aulas de pré-vestibular e idiomas, espaços para atividades multidisciplinares, como palestras, workshops, oficinas de estêncil, crochê, malabares e música, todas gratuitas. O espaço também agrega atividades ecológicas como a Horta vertical e o projeto de permacultura urbana e reciclagem, realizando feiras orgânicas nas proximidades do edifício.

Figura 9 - Ocupação Centro Cultural RIA.



Fonte: acervo coletivo RIA, 2020.

Figura 10 - Oficina de bambolê do Ciclo de oficinas "A todo circo".



Fonte: acervo coletivo RIA, 2021.

A RA de Ceilândia se coloca como um polo potente de produção cultural do Distrito Federal, mas também carece de equipamentos culturais públicos, negligenciados pelo Estado. A Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS), fundada em 2005, desenvolve diversas ações e projetos, como o Jovem de Expressão (JEX) que ocupou em 2010 a Praça do Cidadão em Ceilândia Norte, para promover o empoderamento da juventude do DF por meio de atividades de formação e empreendedorismo social, como oficinas, cursos de pré-vestibular e atividades culturais diversas, atendendo anualmente, uma média de 42 mil pessoas com ações em prol das comunidades.

Mais recentemente, o JEX ocupou e revitalizou em 2018, o antigo posto policial que estava abandonado na praça, para dar lugar à cultura e à arte transformando-o em um Galpão Cultural, com sala de dança, teatro de bolso, estúdio audiovisual, cinema, além da primeira galeria de artes de Ceilândia, a Risofloras, uma das poucas fora do Plano Piloto, entre outras atividades. Mas atualmente, o Galpão está ameaçado pela própria Administração de Ceilândia, que declarou retomá-lo para construir um depósito, mesmo com vários espaços abandonados e ociosos na cidade. Em reação a esse processo, diversos coletivos, grupos e associações sociais e culturais se uniram num amplo movimento “#oJEXfica”, por meio de atos de resistência e de luta pela permanência do espaço, ocupando a Praça do Cidadão com diversas atividades e Vigília Cultural, mostrando a força e potência da juventude periférica.

“No final das contas a gente precisa entender o real motivo, eles não querem paredes, eles não querem depósitos. Eles querem fazer a gente se sentir deslocado” [...]. Cede pra *nois* que *nois* ocupa e monta outro espaço cultural.” (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2021)

Figura 11 - Galpão Cultural do Jovem de Expressão.



Fonte: acervo Jovem de Expressão, 2019.

Figura 12 - Aula Inaugural do Teatro de Expressão no Galpão Cultural.



Fonte: acervo Jovem de Expressão, 2019.

Figura 13 - Vigília Cultural #oJEXFICA.



Fonte: acervo Jovem de Expressão, 2021.

Figura 14 - Vigília Cultural #oJEXFICA.



Fonte: acervo Jovem de Expressão, 2021.

Outro espaço de resistência em Ceilândia Norte, é o Ponto de Cultura Filhos do Quilombo, onde grupos culturais e capoeiristas ocuparam uma área pública abandonada em 2010, com objetivo de promover e difundir a cultura popular afro brasileira por meio da prática socioeducacional e da inclusão social de jovens que não tem acesso à cultura e que estão em vulnerabilidade. O espaço promove oficinas de capoeira, artesanato, percussão e teatro, danças folclóricas e eventos beneficentes na comunidade, de forma autogestionada e gratuita. Em 2011, o espaço foi alvo de ameaça de remoção pela Agefis (Agência de Fiscalização do Distrito Federal), que alegou ocupação de área pública. Os grupos culturais envolvidos então se mobilizaram na resistência contra a desativação do espaço, que posteriormente foi liberado. Em 2015, o contra-mestre Lagartixa, um dos idealizadores do espaço, promoveu a 1º Rebelião Cultural Transformação, integrando as comunidades e suas manifestações artísticas, como o rap, grafitti, capoeira, revitalizando o espaço por meio da arte. Aos poucos, a ocupação caminha para se tornar oficialmente a praça Quilombo.

Figura 15 - Roda de capoeira Filhos do Quilombo.



Fonte: Correio Braziliense, 2018.

Figura 16 - Praça do Espaço Filhos do Quilombo.



Fonte: acervo Filhos do Quilombo, 2016.

Na RA Samambaia, também há uma efervescência artística e cultural. O Espaço Imaginário Cultural é um dos seus símbolos de resistência. Resultado da união de dois grupos culturais, o Roupas de Ensaio e o Fábrica de Teatro, que viram a necessidade de um espaço cultural público na cidade, que promovesse trocas e experiências, abrindo as portas para a diversidade cultural local. O espaço surgiu em 2011, ocupando um Centro Comunitário abandonado que foi cedido pela Administração de Samambaia, que por meio de um mutirão e campanhas de doação solidárias feitos pela própria comunidade, reformaram suas salas, jardins e guaritas. O local fornece várias atividades gratuitas como saraus, apresentações de teatro, dança popular, música, oficinas de violão, capoeira, grafite, entre outras, além de promover o evento chamado Eixo Imaginário Arte Fora do Plano, que aglutina todas essas atividades.

Figura 17 - Espaço Imaginário Cultural.



Fonte: acervo Josuel Junior, 2019.

Samambaia, também conta com o espaço cultural Galpão do Riso, importante espaço difusor da pesquisa e ensino da arte na cidade, que tem objetivo de despertar vivências e reflexões por meio do teatro e do circo, oferecendo cursos, oficinas, encontros e intercâmbios artísticos, sendo reconhecido em 2010 como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura. Ele ocupa um Centro Comunitário desde 2011, onde foi revitalizado e reformado pelos próprios artistas integrantes. Nesse tempo, o Galpão teve apoio e parceria da Universidade de Brasília, por meio do projeto de extensão continuada e vínculo com o Departamento de Artes Cênicas, funcionando como espaço de propulsão cultural em Samambaia.

Nesses exemplos de ocupações culturais tratados, chama atenção a presença de equipamentos públicos ociosos e abandonados pelas Administrações Regionais e o potencial tático subversivo e contra-hegemônico dos grupos e coletivos culturais que ocupam esses espaços como força de necessidade na promoção, descentralização e fruição cultural nesses territórios periféricos, ao mesmo tempo que enfrentam tensões na regularização e permanência desses espaços, como o Jovem de Expressão e a Ocupação Mercado Sul.

Recentemente, aconteceu o 6º “Encontros para pensar o Território” que faz parte dos eixos temáticos de discussão da atual revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), onde foram discutidos os impactos dos imóveis vazios e subutilizados no Distrito Federal. Na ocasião, a secretária executiva da Seduh, Giselle Moll alertou:

“No geral há uma especulação imobiliária. É preciso combater isso, porque o próprio Estatuto da Cidade e a Constituição Federal definem que toda propriedade deve ter a sua função social. [...] Esses imóveis abandonados ou sob especulação não atendem a uma função social.” (MASCARENHAS, 2021)

Mas na prática, a realidade é no mínimo contraditória. Segundo os dados do levantamento da Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) de 2016, compilados na plataforma do Observatório Territorial e apresentados pela Seduh, o Distrito Federal possui 2.298 imóveis públicos/institucionais inativos e desocupados, onde Ceilândia (76) e Taguatinga (67) concentram, apenas atrás de Sobradinho, a maior quantidade de imóveis públicos inativos em relação às outras RA periféricas (CAESB, 2016). Portanto, esses dados escancaram uma política urbana de cerceamento, criminalização e ataque às ocupações culturais que cumprem a “função social” desses territórios negligenciados pelo Estado. Existem espaços, mas faltam políticas públicas de reconhecimento cultural e social, assegurando a legalização, autonomia e segurança jurídica dessas ocupações culturais das periferias que “expressam uma dupla contestação: contra a cidade dos poucos e contra a cultura do establishment” (MARINO, SILVA, 2019, p.358).

Além das ocupações em equipamentos e espaços públicos, as casas culturais e quilombos urbanos em imóveis privados, desempenham papel importante na luta pelo direito à cidade, no enfrentamento das desigualdades e do cerceamento do uso e apropriação dos espaços públicos nesses territórios periféricos. Um exemplo, é a Casa Akotirene, Quilombo Urbano localizado em Ceilândia, criado em 2019 como local de resistência preta, surgido através da organização de mulheres negras do coletivo Afromanas, agindo na necessidade de um espaço de ação e diálogo com a comunidade local, na construção de narrativas, empoderamento e desenvolvimento identitário voltado para mulheres e LGBTQI+. O espaço realiza saraus musicais com ênfase na questão racial, rodas de conversas e acompanhamento psicológico e jurídico, empreendedorismo, oficinas diversas, além de promover ações artísticas e culturais.

Outro espaço cultural potente, é a Casa Popular de Cultura de Rua Frida Khalo em São Sebastião, criada em 2014, inspirada nos centros populares de cultura e resistência, com intuito de ser um lar feminista autogestionado e independente para a comunidade, coordenado por 25 mulheres. É “uma casa de acolhimento a meninas e mulheres vítimas de violência e espaço de convivência e cocriação, resistindo como uma referência no fortalecimento de mulheres a partir da cultura feminista” (CASA FRIDA, 2018), além de ponto de diversidade e compartilhamento de arte e cultura popular, por meio de palestras, saraus, debates, eventos, diversas oficinas de mosaico, plantio e grafite, entre outros. O espaço pretende atuar na cena cultural de São Sebastião dando protagonismo à produção artística e cultural das mulheres, promovendo formação e libertação através da arte como expressão política.

“Em São Sebastião não há teatro, cinema, galerias, centros culturais e isso nunca impediu nosso desejo de existir, resistir e realizar juntas. Nós, mulheres da Casa Frida, nos reunimos inicialmente na pista de skate da nossa cidade, estrategicamente situada em frente à delegacia. Não era possível falar livremente sobre a grande parcela de nossas dores e amores, e temas ditos como polêmicos pela sociedade mas que atravessam a carne da nossa realidade: afetividade LGBTQI+, sexualidade e gêneros diversos e dissidentes, aborto, assédios, drogas, a própria violência policial, a violência do patriarcado. Nos enchemos de coragem e amor, alugamos uma casa e demos início à nossa sede.” (CASA FRIDA, 2018).

Figura 18 - Roda de capoeira da Casa Frida.



Fonte: acervo Casa Frida, 2018.

Essas casas de cultura se configuram como vetores de transformação social em suas comunidades, constituindo redes colaborativas e solidárias de formação popular e política, onde diversos coletivos e grupos sociais compartilham seus saberes e discutem questões estruturais, como o racismo e igualdade de gênero, negligenciadas nos instrumentos do planejamento urbano tradicional. E mais do que isso, são espaços autônomos de liberdade e acolhimento da diversidade sociocultural manifestada nos sujeitos periféricos, constantemente oprimida nos próprios espaços públicos, tomados pelas normas de um Estado repressor, que invisibiliza e cerceia a produção cultural periférica e violenta os corpos. Dessa forma, esses espaços de resistência confrontam as lógicas hegemônicas de dominação na produção do espaço urbano, contestando e questionando as tensões em torno do papel social da propriedade e do espaço público na emancipação, enfrentamento das desigualdades e na garantia do direito à cidade.

Assim, a diversidade insurgente de ocupações e casas culturais nas periferias do Distrito Federal, se situam na conjuntura do novo ciclo de lutas da última década apontado por Gohn (2014), demonstrando a pluralidade de pautas e apropriações emanadas de grupos e coletivos culturais protagonizados, principalmente, por jovens, centrais na mobilização e articulação social desses territórios, se configurando essencialmente como táticas (CERTEAU, 2014) que se movem como linhas e redes de fugas e resistência, nas veias do processo de dominação e urbanização desigual violento, agindo nas lacunas da ausência do Estado nesses territórios. Portanto, essas práticas constroem novas formas de governança e participação horizontais autogestionadas, constituindo comuns e espaços de esperança empoderadores. Seja em galpões, edifícios, terrenos abandonados ou ressignificando casas, ocupar é um ato de resistência e transformação sociopolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência e profusão de lutas e resistências culturais nas periferias do Distrito Federal da última década, reforçam a potência dos territórios periféricos como protagonistas na produção e reconstrução de um espaço urbano mais justo e emancipatório, confrontando e subvertendo as normas e cartografias concêntricas hegemônicas que negam o direito à cidade a esses territórios. E é principalmente por meio dos espaços e ocupações culturais que esse direito é reivindicado, assumindo sua forma mais potencial, ressignificando lugares públicos menosprezados e historicamente estigmatizados em espaços de acolhimento, resiliência, transformação social, formação e empoderamento da juventude periférica.

Esses espaços culturais cumprem um papel de resistência sociopolítica e de reconfiguração das periferias, que nascem da luta para permanecer e pertencer a esses territórios. Portanto, se colocam como espaços contra-hegemônicos de contestação na luta pelo pertencimento e reconhecimento periférico a partir da cultura, historicamente colocada às margens das políticas públicas “prioritárias”, além de servir como instrumento de dominação e manutenção do poder hegemônico.

Além do potencial de subversão, essas apropriações culturais revelam as contradições, tensões e desigualdades fundantes do processo de urbanização do Distrito Federal: o planejamento urbano seletivo, concentrador e repressor capitaneado pelo Estado. A centralização de recursos e equipamentos culturais no Plano Piloto, o estoque de equipamentos públicos abandonados nas periferias e a contínua ameaça e ataque às ocupações e espaços culturais periféricos, que mesmo consolidados, não conseguem ser formalmente reconhecidos e regularizados, demonstram a agenda da política cultural do establishment praticada pelo Estado, que teme o potencial contestador, questionador e transformador desses espaços.

Como nos apontou Zibechi (2015), os territórios periféricos devem ser compreendidos como o principal caminho na luta pela transformação radical da sociedade, e isso passa, no caso do Distrito Federal, pelo reconhecimento e visibilização de seu cinturão de potências culturais que vão muito além do Plano Piloto. Cabe-nos escavar e identificar essas resistências que emergem nesses territórios, se descolando de narrativas dominantes, de modo a traçar novas cartografias das rotas de lutas e insurgências, se lançando criticamente sob os processos de urbanização e o papel dessas resistências, cada vez mais visível, na formação e estruturação urbana do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?. In: *e-metropolis - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 27, ano 7, 2016.

CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. *Relatório de Resultados do Indicador: Vacância Imobiliária Urbana*. In: Observatório territorial da SEDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, 2016.

Disponível em: <<http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/vacancia-imobiliaria-urbana/>>. Acesso em: 25 novembro 2021.

CAMPOS, Neio. A segregação planejada. In PAVIANI, A. (Org.) *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

CARMO C. M., HERNANDES L. S., BISNETO M. M., MAKIUCHI M. F. Concentração e desigualdades: um olhar para a política de financiamento à cultura do Distrito Federal. In: VASCONCELOS M. N., MOURA L. B., JATOBÁ S. U., CRUZ R. C., MATHIEU M. R., PAVIANI Aldo (Orgs). *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília Metropolitana*. Editora Universidade de Brasília, 2019.

CASA FRIDA. *Casa Frida - Portifólio*, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/espacosideral/docs/portif_lio_casafrida>. Acesso em: 26 novembro 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *PDAD – Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios*, 2018.

D' ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos Conceitos Periferia e Sujeitas e Sujeitos periféricos. *Novos estudos CEBRAP*, 39, 19-36, 2020.

DOWNING, John, D.H. *Mídia Radical - Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. SENAC, São Paulo, 2002.

FARIAS, Ana Carolina C. *Taxonomia do urbanismo tático: uma proposta para leitura, compreensão e articulação das táticas urbanas emergentes*. 2018. 274 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FREITAS, Clarissa F. S. *Insurgent planning? Insights from two decades of the Right to the City in Fortaleza, Brazil*. City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, v. 23, n. 3, p. 285– 305, 2019.

GADANHO, Pedro. *Urbanismo tático, utopias e curadoria ativista: uma entrevista com Pedro Gadanho*. ArchDaily Brasil, Nov 2017.

GOHN, M. da G.; PENTEADO, C. L. de C.; MARQUES, M. de S. Os coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 7, n. 3, jul.-dez., p. 01–07, 2020.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. *Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública*, v. 6, n. 1, p. 93 - 119, 21 jul. 2020.

_____. *Movimentos sociais e ações coletivas no Brasil em 2020 com a COVID-19: solidariedade, protestos, conflitos, confrontos e interpretações teóricas*. ANPOCS, 2020.

_____. Pluralidade da representação na América Latina. *Sociedade e Estado*, [S.l.], v.29, n.1, p.73–90, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5864>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOUVÊA, Luiz Alberto. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo (Org). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Cia das Letras, São Paulo, 2013.

LACOSTE, Yves. *A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Papyrus, SP, 1988.

LEMOIS, Guilherme Oliveira. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. *Paranoá (UnB)*, v. 1, p. 102-114, 2017.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARINO, Aluizio; SILVA, Geraldo. As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal. *Revista Indisciplinar*, v. 5, n. 1, 342-361, 2019.

MASCARENHAS, Giselle Moll. *População discute os impactos dos imóveis vazios e subutilizados no DF*. SEDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, 2021. Disponível em: <<https://www.seduh.df.gov.br/populacao-discute-os-impactos-dos-imoveis-vazios-e-subutilizados-no-df/>>. Acesso em: 25 novembro 2021.

MOVIMENTO MERCADO SUL VIVE, 2016. Disponível em: <<https://www.mercadosul.org/>>. Acesso em: 25 novembro 2021.

PAVIANI, Aldo (Org). A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Alessia de Biase entrevista Ana Clara Torres Ribeiro. *Redobra*, Salvador, v. 1, n. 9, p.9-21, 2012.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.

SEDES - Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal. Relatório. 1973.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1; Costa Rica, 2011.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em Resistência: cartografia política das periferias urbanas da América Latina*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.